Revisão do P.D.M. da Batalha

2.ª Reunião da Comissão Acompanhamento

---------- *ACTA* ----------

----- Aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e oito, reuniu nas instalações da Câmara Municipal da Batalha, pelas dez horas e trinta minutos, a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Director Municipal (PDM) da Batalha com as seguintes presenças: ----------

----- **CCDRC** – Eng.ª Francelina Fino, que conduziu a sessão, Arqt.ª Graça Gabriel; ----------

----- **Câmara Municipal da Batalha** – Sr. Presidente, António Lucas; Eng.ª Fernanda Guapo, Dr.ª Rita Carmona, Dr.ª Viviane Ascenso; Dr.ª Patrícia Nascimento; ----------

----- **Assembleia Municipal da Batalha** (AM) – Sr. Carlos Alberto Santos; ----------

----- **Câmara Municipal de Leiria (CML)** – Dr.ª Paula Coelho; ----------

----- **Câmara Municipal de Ourém (CMO)** – Dr. Paulo Reis; ----------

----- **Estradas de Portugal EPE (SA) (EP)** – Eng.º Humberto Magaido Lopes; ----------

----- **Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP (ICNB)** – Dr.ª Aida Silva; -------

----- **Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP (ARH)** – Eng.º Nelson Martins; ----------

----- **Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)** – Eng.ª Margarida Marques Teixeira; ----------

----- **Autoridade Florestal Nacional (AFN)** – Eng.ª Rita Matos Gomes; ----------

----- **Direcção Regional Economia do Centro (DRE-C)** – Eng.ª Rosa Isabel Brito Oliveira Garcia; ---

----- **Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG)** – Eng.ª Patrícia Falé; ----------

----- **Turismo de Portugal, IP** – Arq. Marta Lazana; ----------

----- **Direcção Regional de Cultura do Centro (DRCC)** – Eng.ª Maria Glória Fernandes; ----------

----- **Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR)** – Arq. Sandra Lourenço; ----------

----- **Direcção Regional de Educação do Centro (DREC)** – Dr. Mário Namora Afonso Santos; --------

----- **Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)** – Dr.ª Alda Lisboa; ----------

----- **Instituto do Desporto de Portugal (IDP)** - Direcção Regional do Centro – Dr. Paulo Gonçalves-

----- **Equipa do Plano – Plural** - Arq. Ana Filipa Dinis; Dr.ª Conceição Viana; Dr.ª Ana Quinta ----------

---

As entidades convocadas que não estiveram presentes foram as seguintes: Rede Eléctrica Nacional, SA (REN) e a ANACOM, sendo de referir que as mesmas já haviam emitido parecer escrito. ----------

---

----- Foi iniciada a sessão com a abordagem de algumas informações genéricas relativamente ao procedimento quanto à tomada de conhecimento do projecto de acta para recolha de contributos, por e-mail. ----------

----- De seguida procedeu-se à aprovação e distribuição para assinatura da acta da reunião anterior;

----- Foi feito o ponto de situação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), tendo a CM informado, que solicitou pareceres sobre o RFC às entidades com interesses ambientais na área do plano, tendo já recebido seis pareceres, que serão dados a conhecer numa próxima reunião da CA; ---------

----- Foi, entretanto, dada a palavra à equipa que procedeu à apresentação da proposta do plano com base na seguinte estrutura: Âmbito, Estrutura e Objectivos do Plano; Estratégia de Desenvolvimento Municipal; Condicionamentos Legais; Classificação e qualificação do Solo – Planta de Ordenamento; Análise Comparativa – Solo Urbano em Vigor/Proposto; ----------

----- Solicitada a intervenção e eventuais contributos das entidades foram tecidas as seguintes considerações: ----------

----- **IDP** – Considera que os estudos satisfazem pelo que emite parecer favorável; ----------

----- **ICNB** – Referiu que tem dúvidas quanto à classificação de solo e solicitou uma reunião sectorial com a Câmara Municipal; ----------

----- **ANPC** – Alertou para que a proposta tenha a necessária atenção às áreas percorridas por incêndios, bem como às áreas com elevado risco de incêndio, risco sísmico e áreas inundáveis; ------

----- **CCDRC** – Questionou a equipa sobre estas últimas, na medida em que as mesmas não estão marcadas na planta de ordenamento; ----------

----- **EQUIPA** – Após confirmação verificou que, efectivamente, não foram passadas para a planta, por lapso, sendo certo que o trabalho está feito, situação que vai ser corrigida; ----------

----- **IGESPAR** – Informou que, de um modo geral foi dado satisfação aos contributos anteriores, embora falte ainda a marcação de alguns sítios. O IGESPAR emitiu parecer escrito onde está explicitada, de forma mais desenvolvida, a posição e os contributos desta entidade. ----------

----- **DRE-C** – Informou que iria elaborar parecer mais detalhado no prazo de 8 dias, contudo alertou, desde logo, para a alteração da legislação industrial que entra em vigor dia 29 de Janeiro próximo. Esta legislação altera por completo a tipologia dos estabelecimentos industriais e, como tal, põe em causa todo o articulado do regulamento. A DRE-C vê com agrado a proposta de criação de novas localizações industriais. Quanto ao regulamento para além da alteração que deve ser feita a alguns artigos em virtude da alteração dos conceitos sugeriu que fosse prevista na zona do parque de sucatas proposto a possibilidade de instalação de estabelecimentos industriais ligados ao sector. Quanto ao sector mineiro, questionou se todos os pedidos entrados ao abrigo do artigo 5.º do regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais foram contemplados na proposta; ----------

----- **DGEG** – Sobre a questão das pedreiras referiu a existência do artigo 5.º do regime jurídico do licenciamento das pedreiras que permite o eventual licenciamento das pedreiras existentes ilegais; --

----- **CM** – Confirmou que foram tidas em consideração as informações das entidades prestadas na fase dos estudos de caracterização; ----------

----- **EP** – Informou que há alterações no âmbito das estradas que é necessário ter em consideração, nomeadamente quanto ao IC 9; ----------

----- **CM** – Questionou o EP sobre o nó de Fátima e respectiva reformulação; ----------

----- **EP** – Informou que se encontra em concurso, sendo o limite da entrega das propostas em 7 de Julho. Só a partir dessa fase é que poderão existir indicações sobre o traçado; ----------

----- **DRAPC** – Começou por referir que não dispõe das cartas de conflitos da proposta com a RAN elemento este que considera indispensável para a apreciação das áreas a desanexar da RAN. Referiu que não lhe parecem lógicos os conceitos e as terminologias adoptados para os espaços agrícolas pertencentes à RAN que foram designados por espaços agrícolas de conservação, sendo os restantes de produção. Sugere que os solos da RAN sejam introduzidos na classificação de espaços agrícolas de produção. Mais referiu que existem, por exemplo, encostas de vinha que, não sendo RAN, ficariam bem enquadradas em espaços agrícolas de conservação. Levantou também algumas reservas relativamente aos usos propostos para estes espaços. Informou ainda que em 10 de Novembro saiu nova legislação para as pecuárias; ----------

----- **CCDRC** – Propôs a realização de uma reunião sectorial com esta entidade, tendo a CM procedido à entrega à DRAPC de uma peça desenhada correspondente à Reserva Agrícola Nacional sobreposta à proposta de classificação de solo urbano, onde são visíveis os conflitos de usos; --------

----- **AFN** – Procedeu à leitura do parecer que já havia sido remetido à Câmara Municipal; ----------

----- **Equipa** e a CM levantaram algumas questões, nomeadamente quanto ao facto de não parecer razoável que o estudo fique à espera da alteração ao DL 124/2006, como era sugerido, bem como quanto à classificação pretendida para os solos incultos; Quanto à primeira questão a equipa sugeriu uma redacção para o articulado que estaria adaptado a esta legislação e a eventuais alterações. Quanto a esta última questão, também a DRAPC concordou com a posição da equipa, tendo a CCDRC alertado para a necessidade de a proposta ser compatibilizada com o PROF, pelo que ficou acordado que tal assunto seria desenvolvido na reunião sectorial acima referida na qual também estaria presente a ANF; ----------

----- **CM Leiria** – Informou que a representante não pode estar presente e que a CM iria enviar o seu parecer, por escrito; ----------

----- **ARH Centro** – Informou que não estava assinalada na planta a servidão às linhas de água, nem estavam indicadas as respectivas designações das linhas de água, não estando também referidas no regulamento; Informou que nas zonas de proteção das captações de água existem emissários de águas residuais que são potenciais contaminadores de águas subterrâneas. Deste modo, manifestou preocupação quanto à adopção de medidas de salvaguarda da qualidade da água, atento o PNUEA e o PEASAR e informou que já tinha elaborado o parecer sobre o Relatório de Factores Críticos; -----

----- **Equipa** – questionou se havia alguma zona neste concelho onde a faixa de protecção às linhas de água fosse para além dos 10 metros, caso contrário a representação dos 10 metros não tem expressão à escala 1/25 000; ----------

----- **CCDRC** – esclareceu que, a nível de regulamento, tem sido entendimento técnico e jurídico que as servidões e restrições de utilidade pública devem ser remetidas genericamente para a legislação aplicável sob pena de o regulamento ficar muito extenso ou pecar por defeito e sobretudo para obviar a que tenha de ser alterado caso haja lugar a alterações da legislação. Quanto à cartografia referiu a necessidade de serem identificadas com as designações oficiais as principais linhas de água do concelho----------

----- **CM Batalha** – O Sr. Presidente referiu que as ETAR estão todas desactivadas; que os grandes equipamentos de resíduos estão integrados na Valorlis e todo o sistema está definido ao nível

intermunicipal. Irá ser criado ao nível do concelho e proposta a instalação de um aterro de resíduos industriais banais no Covão da Carvalha. ----------

----- **TURISMO DE PORTUGAL, IP** – Informou que enviou parecer favorável, condicionado, não tendo sido introduzidas grandes alterações em relação ao que já foi transmitido anteriormente e referiu o facto do PDM em vigor ter uma área de aptidão turística que não se concretizou. Aproveitou para informar que saiu recentemente nova legislação turística e questionou os critérios para a marcação das áreas turísticas; ----------

----- **DRCC** – Informou que sobre o regulamento vai remeter parecer escrito no prazo de 2 semanas. Sobre a restante proposta referiu que o Campo Militar de S. Jorge deve ser considerado "em Vias de classificação", assim como a Ermida de S. Bento. Informou ainda, que vai enviar a listagem dos imóveis em vias de classificação. ----------

----- **CM Ourém** – Manifestou preocupações ao nível do tipo de estabelecimentos industriais a admitir na área industrial de S. Mamede, que possam vir a provocar poluição, dada a proximidade de Fátima e a localização a Nascente, consequentemente prejudicada pela orientação dos ventos dominantes de Poente/Nascente naquela zona, havendo já reclamações contra a Fasso Bártolo, unidade industrial de grande dimensão instalada nesta área industrial. Mais referiu a pertinência da elaboração de um Plano Intermunicipal que articule esta área industrial com a envolvente e avalie algumas infra-estruturas, nomeadamente a ligação do TGV a Fátima, bem como do IC9; ----------

----- **CM Batalha** – O Sr. Presidente, sobre a referida reclamação, esclareceu que a Fasso Bártolo não produz qualquer tipo de emissões poluentes pois é uma unidade industrial de produção de argamassas que tem acautelado a emissão de gases. ----------

----- **DREC** – Informou que já havia sido enviado parecer favorável à proposta uma vez que a mesma contempla o que está previsto na carta educativa concelhia; ----------

----- **DGEG** – Informou que vai remeter parecer até ao final da próxima semana. Adiantou que existe confusão com as terminologias adoptadas; Considera que as áreas consolidadas marcadas na planta de ordenamento estão muito inferiores ao que existe, assim como as áreas potenciais. Neste sentido sugere uma reunião sectorial onde também esteja presente a DRE - Centro e o INETI para discussão desta temática. Comprometeu-se a fornecer à Câmara Municipal a área de exploração das termas salgadas das Brancas; ----------

----- **EP** – Informou que vai remeter, no prazo de duas semanas o parecer, por escrito. Informou que o DL 175/2006 interfere com os alinhamentos das EN desclassificadas e que a CCDR já não tem competência nesta matéria, pelo que o relatório deve ser corrigido; ----------

----- **AM** – Manifestou a sua intenção de estar presente nas reuniões sectoriais e solicitou a todos os intervenientes no processo empenho para que o processo resolva um conjunto de anseios e questões que a população deseja ver resolvidas com rapidez; ----------

-----**CCDRC** – Informou que vai realizar reuniões sectoriais de trabalho para avaliação pormenorizada da proposta, tendo adiantado, de uma forma global e genérica as questões fundamentais que a proposta lhe suscita: ----------

----- Assim, considera que o que está expresso no relatório não tem tradução na Planta de Ordenamento, nem no regulamento no que se refere à estratégia e objectivos traçados para a

revisão do PDM, bem como às orientações que decorrem do PNPOT. Deste modo manifestou, desde já, reservas quanto à classificação e qualificação do solo; ao acentuar do que foi considerado no relatório como ameaças e debilidades do concelho, em termos da ocupação urbana ao longo das vias, bem como à expansão do eixo industrial apoiado no IC2 e à pressão sobre as linhas de água, em particular sobre o Rio Lena; não se percebem os critérios adoptados para a delimitação dos perímetros urbanos, nem para a distinção entre solo urbanizado e solo de urbanização programada; não estão justificadas as dimensões das áreas industriais propostas; a hierarquia dos centros urbanos não está reflectida na proposta; não se entende o critério da marcação em planta das áreas urbanas consolidadas e a consolidar; considera que para o solo rural o regulamento é muito permissivo, em particular quanto a usos admitidos, não estando comprovada a necessidade de instalação de algumas edificações permitidas em solo rural; na Planta de Ordenamento deve ser melhorada a simbologia utilizada porquanto as opções cromáticas adoptadas não permitem ter uma boa leitura da planta; na mesma planta as áreas inundáveis não foram marcadas; na planta de condicionantes só podem ser assinaladas as condicionantes legalmente estabelecidas; a rede rodoviária deve ser devidamente identificada, assim como os equipamentos escolares devem ser localizados com um símbolo; o relatório deve ser actualizado em função da legislação entretanto publicada, no que se refere nomeadamente: ao RJIGT; à AAE; às operações de gestão de resíduos; à intervenção da CCDRC no que diz respeito às construções, junto às EN desclassificadas, em aglomerados populacionais, bem como, à referência a áreas navegáveis e flutuáveis que não existem no concelho da Batalha. Referiu ainda que o conceito de compromissos urbanísticos a que se refere a Portaria n.º 138/2005 referida não contempla os processos em apreciação. ----------

----- **CM Batalha** – O Sr. Presidente após a intervenção da CCDRC informou que no que se refere às áreas industriais se tem verificado uma incapacidade de o concelho da Batalha acolher novas iniciativas e pretensões de instalação de indústrias e outras actividades económicas, nomeadamente na freguesia do Reguengo do Fetal pelo facto de o actual PDM não prever mais áreas industriais, estando a área industrial da Batalha totalmente ocupada e tendo o traçado da variante do IC2 impedido que a expansão desta área industrial se concretizasse tal como estava previsto no actual PDM. Daí que a proposta se dirija para o lado oposto da via, onde não há condicionantes e onde já existem algumas unidades industriais. Admite, no entanto, que o dimensionamento da proposta venha a ser reequacionado; ----------

----- Foram agendadas as reuniões sectoriais para o dia 5 de Dezembro, sendo com a DGEG e DRE-C no período da manhã e com a DRAPC e AFN no período da tarde; ----------

A reunião foi dada por concluída quando eram catorze horas. ----------

CCDRC

CM de Batalha

Rita CARMONA

Liliane Ascenso

AM de Batalha

CM de Leiria

Sandra Calim

CM de Ourém

Eugénia Lopes
(P/ Dr. Paulo Reis)

Estradas de Portugal

Humberto Raquidel Lopes

ICNB, IP

Aida Maria Vicente Silva

ARH, IP

DRAPC

Margarida Marques Teixeira

AFN

DREconomia Centro

DGEG

Patrícia Fialho

Turismo de Portugal, I.P.

DRCC

IGESPAR

DREducação do Centro

ANPC

IDP, IP